A CONSTITUIÇÃO DA ESFERA PÚBLICA

O texto que segue, mais do que qualquer outra coisa, tem a função de constituir um "caderno de notas" da linha de estudos que estamos desenvolvendo. São anotações de sentido especulativo, indagativo e têm a finalidade exclusiva de relacionar hipóteses de trabalho e consolidar elementos de percepção da temática abordada, de forma precária e preliminar. Não é, em hipótese alguma, material publicável, sendo sua utilização rigorosamente reservada. (Daniel Herz e José Higuel Hartins)

A CONSTITUIÇÃO DA ESFERA PÚBLICA

SUMÁRIO

- I. O GÊNERO HUMANO E A ALIENAÇÃO
- 1. A COMPREENSÃO DE AGF SOBRE O FENÔMENO DA ALIENAÇÃO
- 2. A CRISE DO REFERENCIAL TEÓRICO PARA PENSAR A ALIENAÇÃO
- 3. CONSIDERAÇÕES SOBRE A ALIENAÇÃO NATURAL
- 3. NATURALIDADE, ALIENAÇÃO E NEUROSE NAS RELAÇÕES SOCIAIS
- II. A BUSCA DE UMA "PERIODIZAÇÃO" DA ESFERA PÚBLICA
- 1. ERA DA FORMAÇÃO DO ESPAÇO PÚBLICO
- 2. ERA DA EVOLUÇÃO DA ESFERA PÚBLICA
- III. FASE DA ALIENAÇÃO NATURAL
- IV. FASE DAS GUERRAS
- V. FASE DO SURGIMENTO DA MERCADORIA
- 1. A MERCADORIA COMO DENOMINADOR COMUM
- A SUBJETIVAÇÃO PRODUZIDA PELO CAPITALISMO
- 3. MERCADORIA E ALIENAÇÃO
- 4. VIOLÊNCIA, POLÍTICA E TRÂNSITO DA POLÍTICA
- 5. "ESPAÇO" E "ESFERA" PÚBLICA, NO TRÂNSITO DA POLÍTICA
- 6. SISTEMA INTERNACIONAL
- 7. SISTEMA INTERNACIONAL E ESFERA PÚBLICA
- 8. ESFERA PÚBLICA, PLURALIDADE E POTÊNCIA
- VI. FASE DAS REVOLUÇÕES
- 1. ELEMENTOS DE NATURALIDADE NA ESFERA PÚBLICAICA
- 2. O ESTADO E A MERCADORIA
- VII. FASE TERMONUCLEAR

A CONSTITUIÇÃO DA ESFERA PÚBLICA

I. O GÊNERO HUMANO E A ALIENAÇÃO

1. A COMPREENSÃO DE AGF SOBRE O FENÔMENO DA ALIENAÇÃO

Um importante foco de problemas é o conceito marxista de alienação que aponta para a "perda" de algo — a consciência desalienada — que o homem, na verdade, algum dia deveria ter. E na defesa dessa consciência que um dia teria existido, continua-se buscando apoio nos surrados conceitos de Morgan, tomados de empréstimo por Marx para formular a tese do "comunismo primitivo", apesar de todos os desmentidos posteriores da antropologia.

A outra roupagem do conceito de alienação, como dever ser, não necessita carregar o fardo do "comunismo primitivo" e contenta-se em substituir a pergunta "o que é a essência humana" por outra: o que a essência humana deveria ser. Na resposta a essa pergunta substitui-se "comunismo primitivo" por "utopia" como dever moral. Temos aí uma idealidade que traz como premissa "uma ontologia que se constitui como justificativa de uma proposta ética para que o homem venha a ser o que ainda não é" (Suzana Albornoz, AGF, Legado, p.18).

Desconsiderando os condicionamentos da realidade humanizada e esvaziando a práxis como categoria que reflete a globalidade do fenômeno humano, esse tipo de raciocínio acaba beirando o tautologismo, com a premissa (homem desalienado) se articulando com a justificativa <u>possibilidade/necessidade</u> do comunismo/utopia. A lógica do ser, a essência humana passa a ser seu dever moral de buscar a revolução.

[Admitindo um futuro indeterminado, esse "idealismo" arbitra um futuro eregido a partir de um imperativo moral, algo que surge, de certa forma, como uma "imanência" artificial, dada a fixidez do imperativo e a determinação sobre a natureza humana que são estabelecidas (arbitradas). A alienação, nesse caso, deixa de resultar de deduções que dependem da história e da antropologia e passa a ser decorrente do arbitramento desse imperativo moral.]

[Verificar melhor a abordagem de Adelmo e O Legado dos Hereges.]

Para Adelmo Genro Filho, que en autor da crítica aqui exposta, de forma sintética e certamente empobrecida, alienação não é nem uma "perda" nem um "dever ser", mas sim uma "potencialidade não apropriada". Em outras palavras: os meios que os homens contróem fora de si (a essência humana) sempre têm alcance maior que os fins particulares propostos e, por isso, se autonomizam e não permitem aos homens identificarem de com eles. Essa é, em certo sentido, a grande tragédia que perpassa a existência do gênero humano, uma vez que tal relação tende a reporpse perpetuamente, com os homens permanentemente engendrando novos meios e, com estes, produzindo inevitavelmente consequências até certo ponto insondáveis e alterando constantemente a própria "natureza" humana.

Só uma filosofia de conteúdo finalístico, que admite a redutibilidade do sujeito ao objeto (ou vice-versa), pode conceber um homem desalienado. Adelmo preconizava, como condição para que o gênero não se reduza a apenas perceber sua própria tragédia, a necessidade de uma "consciência excedente", no sentido de que esta excedesse, tal como os meios, os nexos de imediaticidade (da práxis utilitária). Só isso poderá permitir ao homem, acrescentamos, o controle dos meios e a superacão da idealidade da apropriação plena.

2. A CRISE DO REFERENCIAL TEÓRICO PARA PENSAR A ALIENAÇÃO

A fragmentação, no interior do marxismo, de distintas correntes com diferentes premissas lógicas para pensar a realidade. acaba levando suas abordagens a aspectos unilaterais. Mesmo os clássicos EMarx (clas-Ase), Lênin (Poder), Gramsci (Hegemonia, Bloco Histórico, Estrutura de Foder) l têm suas abordagens marcadas por essa unilateralização Efixação da abordagem.

O propósito de tal questionamento não é simplesmente denunciar a - ge mele c tes amplante contrabul. dissolução de diversas categorias do marxismo/ e que a -carregou de fazer | Trata-se de tentar demonstrar a necessidade de entendermos "o sujeito como nexo dinâmico da práxis" (a importância vital de percebermos a "superioridade ontológica da consciência"). Ou seja, compreender radicalmente que cabe ao sujeito engendrar, como propôs Adelmo, categorias capazes de acompanhar o movimento da vida e, a um só tempo, romper com a dissolvência e o dogmatismo. Isso requer a -abordagem da teoria em sua autonomia relativa, isto é, demanda um esforço específico que, por sua vez, seja capaz de erigir categorias recorrentes. Essa recorrência, para Adelmo, implicava em ir além de categorias epis- 🔊 temológicas,\buscando o fundamento de uma ontologia, gerando uma concepção do ser centrada na <u>práxis</u>: o homem é - sintetizamos, correndo o risco de simplificar a abordagem de Adelmo - um animal que constrói sua própria essência e só a ela está sujeito, portanto, tudo o que for dito acerca do mundo, deve ser "recorrente" ao próprio trânsito humano neste mesmo mundo.

3. CONSIDERAÇÕES SOBRE A ALIENAÇÃO NATURAL

Adelmo esforça-se para ressaltar o significado especial do capitalismo, que vai muito além de ser, apenas, "mais um" modo de produção.

Ele ressalta a universalidade gerada pela capitalismo. Essa (esfera do) 20
maraha que mos o capulano e lucario de hodos de mod de nodos.

universal foi criada pela mercadoria, superando e engolfando determinações políticas e sociais particulares.

A percepção disso levaria à formulação de que, superada a base que word universaliza" o capitalismo, tendem a desaparecer seus efeitos "alienantes", reitegrando o homem.

No nosso entendimento, porém, valienação não se universaliza com a mercadoria./Mas é um traços fundantes do gêneros expressa a essência do gênero.

d alum se sús de son a de son a mercadoria do seneros expressa a essência do senero.

Nesse sentido, supomos que deveria ser incorporado ao rol Eque se agrega à "alienação concreta" (econômica)] das "alienações abstrata" (política, religiosa) Econceito que é bastante discutível e carregado de "cientificismo" por que essas "alienações" também são concretas] outra alienação que é lógica e cronologicamenbte anterior a estas: a "alienação natural".

As primeiras manifestações do homem começam a revelar a essência do como poten e surgem sob a forma de alienação [neurose], isto é, como poten (nuclea)

Na busca de satisfação de suas necessidades básicas [naturais, bio
lógicas] (alimentação e reprodução) a mediação da consciência permite

que o homem seja capaz de autonomizar, "abstrair", as determinações do

processo animal /natural: surge o prazer. [Caracterizar melhor o que é

prazer. 1/1 fluis un anulogas, analos o cretatas anulogas.

CPrazer é, em si, alienação. É o resultado da abstração facultada pela mediação da consciência.]

A consciência tem a propriedade de criar situações que não estão previstas no condicionamento do sistema (biológico) mas não é, necessariamente, soa. Alienação é a incapacidade (ou impossibilidade) de identificar todo o alcance das situações engendradas pela consciência Describe de superando os fins particulares que lhe foram atribuídos, os meios e situações geradas pelo homem produz desdobramentos não previstos que podem, inclusive, tornar-se universais. Efor exemplo, o hábito alimentar dedotado por um indivíduo se generaliza e se torna traço cultural.

Admitindo que o espírito são os meios fora do homem, é sua essência exteriorizada, nos aproximamos da conclusão de que a consciência estará sempre sujeita à alienação porque nunca conseguirá apropriar-se plenamente do alcance dos meios.

Nesse sentido, podemos afirmar que nunca existirá um ser desalienado, pois admitir isso seria reduzir sujeito ao objeto ou vice-versa desaliena irracionalidade e um traço ineliminável da conduta humana e do gênero.

[Caraterizar o que é irracionalidade, qual "razão" constitui critério?]

A busca do controle dessa irracionalidade não pode ser confundida com o controle completo do objeto ou do sujeito. [A compreensão que admite este controle está imbuída de um traço narcísico: acha que sua razão pode determinar o mundo à sua volta.]

EO surgimento e o uso de armas nucleares, por exemplo, revela componentes dessa irracionalidade mas que, hoje, passam a ser um elemento indescartável e necessário de equação das possibilidades do gênero.]

CO espírito dos meios estará sempre à frente da consciência que poderá estar perto, mas sempre atrás do que o homem é capaz de gerar (de-

flagrar). I

A idéia do comunismo tem, por trás, a expectativa de reestabelecimento de uma identidade com a natureza e dos homens entre si, que é, (*) essencialmente, falsa. EO homem primitivo tinha, diante da natureza, uma postura impotente e aterrorizada.]

O crescente domínio de miles e da consciência de de lado, autoriza a utopia libertária a postular que a consciência tudo pode superar e, assim, eliminar a alienação.

EAdelmo justifica a necessidade do partido como produtor de uma eticidade artificial para controlar o resultado das ações humanas.]

3. NATURALIDADE, ALIENAÇÃO E NEUROSE NAS RELAÇÕES SOCIAIS

Os homens sentem "estranheza" diante da "autonomização" do prazer, que se torna um princípio mobilizador das condutas. O homem passa a pensar o prazer com autonomia em relação à satisfação imediata. O que era meio, com a intervenção da consciêcia, passa a ser um fim (e também a ser potencialidade não apropriada). Não conseguindo se relacionar teleologicamente com a busca do prazer que se autonomiza, o homem se sente estranho diante do "princípio do prazer". Essa "estranheza" oscila entre o desejo e a culpa.

A limitação dos recursos, diante das inesgotáveis demandas do gênero, implicava em que a satisfação dos desejos [de prazer] de um ou de alguns, só poderia ser satisfeito com o incesto e a matança. [Examínar e documentar melhor essas situações primitivas.]

[Fisiologicamente, prazer sexual é próximo da mesma região do cérebro que comanda a violência.] (امسرد)

Essa é, em essência, até hoje, a realidade de quem "tem mais": ou forçou os outros ou criou (ou passou a se amparar) em instituições que justificassem e fizessem reconhecido o direito de ter mais ou melhor do que os outros.

EGrosseiramente, é uma constatação muito procedente no mundo atual, com 1 bilhão de bocas não tendo condições, objetivas, de receber as 2 mil calorias diárias previstas pela ONU.]

As teses freudianas, contidas inicialmente em "Totem e Tabu" (relativas ao banquete totêmico) e posteriormente relativas à neurose (com destaque para a conduta "esquizoparanóide") surgida na fase oral, vão ser preciosas para a compreensão do que vem a ser a essência primitiva do homem e da violência [como um traço de naturalidade irremovível (tomada em sua fixidez).]

A neurose é, justamente, um movimento do psiquismo humano que expressa a alienação. Lé vista como algo negativo, embora os homens saibam que com ela terão de conviver e buscar o seu controle.]

O grau de estabilidade [do homem] depende da sua universalização, isto é, da capacidade do ego (consciência, esfera de estabelecimewnto das finalidades, campo de equilíbrio e resultante da interação dialética com o id e do superego) tornar consciente o que pode ser tornado consciente e controlar o id (inconsciente, libido, traço de animalidade) e o superego (inconsciente, condicionamentos morais, culturais e religiosos). [Como ser consciente, o homem é epifenômeno. (?)]

Ma fase oral surgem traços esquizo-paranóides Eseio bom x seio maul que criam um estuário para o desenvolvimento das condutas — em resposta às ameaças sentidas pelo homem — esquizofrêncas (ameaça por objetos abstratos) e paranóicas (ameaça por objetos concretos e verossímeis). EMuito superficial...]

Na distinção entre o "seio bom" e o "seio mau" estão raízes do medo inerente ao homem, de forma concreta e abstrata, que se sente ameaçado pela diferença, pela quebra da "harmonia", pelo fim da "certeza". A "diferença" gera a vontade de "eliminação" dos diferentes.

ENa Antiguidade e na Idade Média os aleijados, as etnias minoritárias eram eliminadas. Examinar isso como um traço de "naturalidade" da esfera pública. Documentar.]

EExaminar dicotomia da lógica tradicional (ser/objeto, consciência/matéria) X (o quê?). (Homem é sujeito em relação à violên-cia, é objeto em relação à realidade humanizada, etc.)]

Ever Merlo-Fonty. I of je flush here kich men je ino, when a "Leitelle" of me, cyntis on "reling incumhis, tours there a voide;

II. <u>A BUSCA DE UMA "PERIODIZAÇÃO" DA ESFERA PÚBLICA</u>

[Introduzir o assunto.]

Tyr mello.

- 10 - "make is dfrely equising.

A "periodização" aqui proposta prevê as seguintes fases de constituição da esfera pública:

1. ERA DA FORMAÇÃO DO ESPAÇO PÚBLICO

- a) Fase da Alienação Natural
- b) Fase das Guerras

2. ERA DA EVOLUÇÃO DA ESFERA PÚBLIA

- a) Fase do Surgimento da Mercadoria
 - b) Fase das Revoluções
 - c) Fase Termonuclear



III. FASE DA ALIENAÇÃO NATURAL

No princípio, a política mantinha-se basicamente inscrita nos marcos do que aqui denominamos "alienação natural". A disputa, na "antiga família" (dãs, ordas), era com quem ficariam a comida e as mulheres. A partir das determinações da culpa e do medo, começam a ser disciplinadas as "relações políticas" dentro da família, criando-se "instituições" (embrionárias) que interditam o direito dos filhos ficarem com as mães e irmãs e, quase consequentemente, matarem os pais.

O incesto poderia ser considerado como a instituição fundadora da alienação política e da esfera pública. A artificialidade da idéia do incesto, o traço cultural (e, portanto, de criação humana) que distingue o incesto como algo necessário é, talvez, a primeira instituição humana.

Projetando-se "para fora do homem" esses elementos artificiais de regulação do comportamento e das relações sociais constituem religiões, seitas, cultos, rituais que vão dando o contorno - muito cedo, embora

de forma primitiva e embrionária - daquilo que, mais tarde, vão constituir as "instituições políticas", as estruturas de poder, a hierarquia e as normas.

Marx via no projeção do mito nas instituições, a origem da alienação política e, no limite, do Estado. Marx identifica o Estado como o signo da alienação política. CPara ele, a política é algo que vem depois do surgimento do Estado, surgindo (como algo negativo e superável) com as classes.

No nosso entendimento a origem da política é anterior. Ela surge com a capacidade das instituições aprisionarem as essências (espírito humano) e representá-las e com a incapacidade do homem identificar a essência com essas instituições. Esse ato de usurpação provoca uma sensação de perda. [Essa substância que está presente em todas as relações, a política, constitui um fenômeno humano constatável tanto nas relações primitivas, como nas contemporâneas. Essa dimensão ontológica da política deverá ser examinada com cuidado. Ver AGF em "Estado, Violência..."

De forma meio mística, meio mágica, os meios transcendem as vontades e as intenções humanas.

Da órbita inicial (intragenes, intra-ordas) onde se confundem poder, organização familiar e religião, a política transita para o conflito "extra-familiar", "extra-genes", passando a se dar entre ordas, bandos e clás. (Why alk b with para, 1-45 by de de religió)

Supera-se, assim, os limites dos conflitos que resultavam na mera incrementação da estrutura familiar. De fora (na esfera dos conflitos

externos) para dentro, inclusive, surge o potencial de consolidação e instituição das relações. [Mesmo o que surge para regular a vida privada é produzido no "espaço público", pois para se consagrar devia ter um traço mais universal, refletir um trânsito mais geral.]

With 1

HAM MAN,

why,)

Com o conflito externo Eexplicar melhor o sentido em que conflito é aqui utilizado], a ausência de mediação o transforma em conflagração, gerando algo mais complexo, destrutivo e aterrorizante: a guerra.

- 144k confes lab will.

A ambígua imagem do pai (o inimigo "doméstico" com traços de força e de fraqueza) é substituído, nos conflitos "externos", pela face "sem ev w? وتغرس fraquezas" de um "terrível" inimigo com quem não se tinha familiaridanet white; de. O medo desse inimigo externo é potencialmente maior. A instituição 🤾 do incesto e a regulação da "matança" no plano "doméstico" - ajuda - porx whe Marw que, entre outros aspectos, mantém os mais velhos que, embora deixem de (whole ser os mais fortes, são os mais experientes, têm memória de guerra, das אריין suas práticas e técnicas e das "faces" dos inimigos (que, conhecidos, poderiam se tornar menos aterrorizantes). A guerra, assim, é um elemen-والمادس to de valorização da consciência. [dende, bix le renetal solded] inner &

IV. FASE DAS GUERRAS

RAS

Form of possible down amente o meda - ...

n. time of the policy of the p

with off EAssim, movidos pela "lei do coração", os homens realizam uma "astú-

CAssim, movidos pela "lei do coração", os homens realizam uma "astú-

Alianças, pactos, conselhos de paz, etc. deflagram uma lógica inexo-

here we were the form the property were the property of the pr

Œ

rável que marca o nascente domínio da artificialidade nas relações humanas através das ainda frágeis e incipientes instituições. A consciêntiva e a "diplomacia" marcam pontos em relação à força.

Também é nessa fase que se gera La incomensurabilidade o seccionamento entre a esfera familiar (natural) fonte das únicas relações "po-líticas" até então existentes e a esfera pública, com o mundo das instituições emergentes.

Entre a esfera familiar (doméstica) e a pública persistem semelhancas que, entretanto, não escondem lógicas distintas. A vida da dissolucão entre as coisas que, cotidianamente, tem de ser feitas e refeitas
(a reprodução da vida) e parece não avançar, se aparta e se distingue
radicalmente da vida na esfera pública, onde a artificialidade das relações e instituições criam, verdadeiramente, um mundo novo. [Pode estar aqui um aspecto relevante de uma desigualdade ontológica entre os
sexos. O problema decorre da lógica dessas esferas: a privada (primitiva, lógica natural doméstica, familiar) e a pública (da artificialidade).]

Essa Fase das Guerras, em seus desdobramentos superiores, domina toda a história conhecida da humanidade. Vai, aproximadamente, até o século XV. O micromundo cedeu lugar a Eum ser 7777 incomunicáveis, embora muitas vezes geograficamente próximos.]

Na noção primitiva de Nação, o Estado é pouco mais do que a [projeção mágica do Totem nas instituições]. O advento da instituição Estado - expressando a complexidade da teia de relações e da subjetividade organizada nas relações humanas - como nos diz Nisbet, "foi acompanhado de condições de guerra ou de ameaça de guerra e do surgimento de um número cada vez maior de indivíduos que abandonavam os antigos laços protetores do lar e da família".]

A esfera pública só viria a adquirir universalidade com o advento da mercadoria e do capitalismo.

V. FASE DO SURGIMENTO DA MERCADORIA

Eventual epígrafe: "- Eles tem uma idéias muito estranhas. Pensam em dinheiro o tempo todo". (Mariko, personagem japonesa do romance Xógum, ambientado no século XVI, referindo-se a Blackthorne, o personagem inglês, e estranhando seu comportamento que contrastava os valores nipônicos de "dever, lealdade, honra, respeito".)

Com o advento da mercadoria, o Estado deixa de ser "apenas" uma projeção mítica do totem (religião) ou ainda o "acampamento militar" [citar Nisbet] dotado de funções um pouco mais estáveis.

1. A MERCADORIA COMO DENOMINADOR COMUM

A mercadoria passa a constituir um denominador comum entre os homens. Na medida em que se estabelece esse denominador comum (através da atribuição de [valor]) [- os poemas passam a ter preço, assim como o Estado, o prazer sexual, a guerra -] o produto da atividade humana pode ser sintetizado, a essência passa a ser reduzida a um preço. Todas as essências podem ser reduzidas a uma coisa. E essa coisa tende a vertebrar as relações humanas.

Assim, a mercadoria passa a ser um ariete, diante do qual sucumbem os "pequenos universos".

Adelmo ressalta que a mercadoria também passa a ser uma "célula inversora entre meios e fins", na medida em que aquilo que era um fim, o produto da atividade humana, transforma-se em meio e vice-versa. EO músico toca para receber remuneração ou ter lucro, tanto ou mais do que toca para ter prazer. O mercador (comerciante) deixa de ter no comércio um meio para a obtenção de conforto e passa a ter na sua atividade um fim em sí. Todas as atividades redutíveis a um preço passam a ser um meio.]

A SUBJETIVAÇÃO PRODUZIDA PELO CAPITALISMO

Esse denominador comum passa a regular as relações, Eporque representa a potência, a universalização, a eternidade (no sentido catego-le)

Le todo

rial), a capacidade de fazer, realizar, tomar decisões, influenciar

terceiros, poder político e econômico.]

CConstituir e legar um patrimônio que vai além da sua vida é uma (¿)
possibilidade concreta de universalização.]

CA religião e a mercadoria, assim, oferecem um lugar para a alma hu-

mana. Assim, o capitalismo apresenta uma alternativa mais sedutora do que o capitalismo: entre ser um grão de areia do tijolo do edifício e viver a "possibilidade" (ainda que remota) do "grandioso", mesmo sabendo que só alguns "chegam lá", prefere-se a segunda alternativa. O sentido de "aposta" de "aventura" estimulado pelo capitalismo é, por si só, fonte de um sentimento de compensação: você poderia ter sido "grande", "as chances estavam aí". Se não quiser tentar pode, inclusive, renunciar aos sacrifício de "tentar chegar lá". Nesse caso, você não será

um "vencedor", mas também não será execrado como um inimigo do povo,

(25)

sabotador da produção. Você poderá se contentar com "minúsculos prazeres": "sei que não dei o duro necessário para enriquecer mas, em compensação, não preciso ficar aguentando reuniões até tarde, e tenho o prazer de tomar minha cervejinha no final da tarde, no bar da esquina". Assim, mesmo sob a "derrota", cada um pode resguardar o estatuto da sua própria singularidade. (As pessoas querem ser o número í, mesmo que seja o título de maior bebedor de cerveja no bar da esquina.)]

EO socialismo implica na renúncia à esfera pública em troca de um espaço público excludente que se volta para satisfazer as necessidades básicas (alimentação, vestuário e habitação).]

Mas o paraíso — ou a possibilidade real, ainda que remota de chegar ao paraíso (no sentido religioso ou no sentido de uma ampla fruição material — é o que interessa para esse nosso pequeno ser que passa grande parte da sua existência ocupado com devaneios e pensamentos de morte.]

EFor isso, o capitalismo dá certo: oferece uma alternativa melhor e mais concreta de universalização.] Nellary

3. MERCADORIA E ALIENAÇÃO

No processo deflagrado pela mercadoria, aquilo que era uma relação regular de trocas [(meio circulante)] transforma-se em fim, o lucro, que subordina todas as relações humanas à sua lógica. O que autoriza marx a pensar, como ressalta Aron, que eliminando esse tipo de alienação, desapareciam todas as demais. (Langua plus umano curtimo)

Essa compreensão de Marx se deve, justamente, à sua concepção finalística que supunha a existência de uma essência verdadeira a ser revelada, a essência comunista. Daí para Marx conceber, como corrige AGF, "a essência que os homens constroem fora de si, embora com ela não se identifiquem, como alienação" refus cofa, 64%, 30 d rates elemens.

Com Berman teremos uma percepção ampliada do fenômeno, sobretudo no tocante à gênese da esfera pública. A mercadoria nos traz à modernidade, detona a "alma fáustica" do gênero, com todas as suas implicações, enfim, constitue um impulso fundamental para a construção da essência humana, en que ounume, perceiro.

[Sem impugnar de todo as concepções marxistas, que reconhecem o "avanço do capitalismo" dado que o processo é contraditório.]

Os homens tal como Fausto, são incapazes de identificarem-se com os meios que engendram. A mercadoria gera um intercâmbio até então inimaginável de essências (embora fetichizadas na forma do lucro) que jamais se supôs possível, sem que contudo tenhamos nos afastados do destino trágico de Fausto. Berman não deixa de salientar, ao reconstruir o sentido da categoria nillismo que a "perda de essência" acaba sendo o traço fundamental da modernidade. Nesse sentido, Berman e Adelmo estão muito próximos, no conceito de alienação, en Alee (hen está conceito de alienação).

A mercadoria sacode o mundo e produz excedentes, o comércio, a manufatura, a indústria. Acaba o "mundo de aldeia". Aquilo que ligava portos e aldeias, com o advento da indústria, passa a exigir matérias primas e começa a integrar o planeta, a universalizar o gênero humano.

Com a mercadoria surgem as rotas comerciais, portos delimítação de regiões do mundo, produtos estratégicos, entre outras decorrências. Tudo isso exige do Estado um outro tipo de qualificação que vai desde as-

segurar acesso a rotas até os mais diversos fins (ainda que primitivos) de projeção estratégica.

ENum processo que atravessa séculos, a mercadoria constitui a necessidade e da idéia de Nação e de Estado. Disseminando-se e planetarizan-do-se, a mercadoria acaba negando a idéia de Nação. Dotada da lógica da mercadoria, o Estado, com o mesmo ímpeto que usurpa a Nação, impulsiona sua extinção. A mercadoria é multinacional. J

EA idéia marxista de internacionalismo, não deixa de ter um componente de capitulação à lógica do capital. (Desenvolver essa hipótese)]

EO Estado representa a parte da sociedade que se autonomiza pela (parte da sociedade) que se autonomiza pela (

ENa dinâmica do nacional e do internacional (busca do comércio e das matérias primas) a esfera pública surge como uma legalidade própria, se move de forma autônoma em relação a particularidades, a legalidade política se move de forma autônoma. 3

Em certo sentido, a ampliação de horizontes liberta o homem. Os desafios para realizar levam o homem a um intenso e acelerado esforço para conhecer a realidade (principalmente no sentido de capacitar-se para a apropriação da legalidade da natureza e disso fazer força produtiva).

4. VIOLÊNCIA, POLÍTICA E TRÂNSITO DA POLÍTICA

Diferenciando do senso comum - que atribui à violência um sentido negativo, de crueldade ou conotação ética - Adelmo conceitua a violência como força "estruturada pela teleologia humana" (p.8). O homem dis-

tingue-se, assim, dos demais seres vivos, não apenas exercendo força, mas orientando o uso da força e, em virtude dessa capacidade, informando a natureza, "transformando-a numa natureza humanizada, em algo <u>organizado</u> e, portanto, sujeito a uma <u>legalidade determinada</u> (p.8). "Nesse sentido, a violência é exclusiva do homem, na medida em que ele é o único ser que, para manter-se em sua legalidade propriamente humana, viola ou violenta constantemente uma legalidade externa (a da nature-za)".

Adolfo Sanchez Vazquez, citado por Adelmo, conclui: "Por isso dizemos que a força em si não é violência, e sim apenas a força <u>usada</u> pelo homem. Daí o caráter exclusivamente humano da violência"(p.7). Adelmo, portanto, adota o seguinte pressuposto teórico: "O homem é um ser, em sua essência ontológica, <u>violento</u>. A violência é própria e exclusiva do ser humano".(p.8)

[Cxamp wink].

Adelmo prossegue ressaltando que "para que a sociedade humana possa violar a natureza, exercer a sua práxis, ela é obrigada a mediar-se constantemente através de si mesma".(p.9) E conclui que, no sentido histórico-social, "violência é a legalidade que a própria sociedade se impõe ao impor uma determinada legalidade à natureza. Noutros termos, é a auto-violação da sociedade à medida que violenta o meio ambiente. é a auto-organização social paralela à organização que impõe ao mundo exterior".(p.9)

Em todas as sociedades, constata Adelmo, "as práticas sociais que implicam nessa <u>violência</u> essencial no interior da sociedade, existem como um 'trânsito' constante do todo para as partes e vice-versa".(p.10) "Esse modo de existência social das práticas que <u>'informam'</u> (ou violam) a organização da sociedade, esse 'trânsito' con-

tínuo da violência é o que devemos chamar de política.

Duas importantes conclusões são decorrentes dessa análise. Em primeiro lugar, "o político não pode ser indicado como um `lugar´ ou um `espaço´ do social, mas exatamente como um `não-lugar´, como movimento".(p.10) "(...) em qualquer sociedade, a dimensão política está necessariamente presente. Mesmo nas sociedade sem Estado, nos bandos, que se constituem na forma mais primitiva de organização social, a política haverá de luzir, aqui ou ali, mesmo que essa luz seja fraca, diluida ou muito pouco consciente. Por não ser um tipo determinado de prática social, a política parece tão ambígua conceitualmente. Por isso é tão difícil encontrá-la, embora saibamos que ela está em todo lugar. Não é fácil `isolar´ o político no laboratório da abstração, pois ele não é uma prática específica, mas a forma de existência de todas as práticas sociais".(p.19)

Em segundo lugar o conceito de política não "deve ser visto como indicação de uma `qualidade' das práticas sociais, mas como o exercício (mais ou menos deliberado) para realizar socialmente práticas sociais qualitativamente determinadas"".(p.10) Para compreender uma sociedade, enfatiza Adelmo, "é imprescindível localizar e analisar o político, quer dizer, as formas como transitam as práticas sociais de produção e reprodução da sociedade".(p.19-20)

Com originalidade, Adelmo conclui que "a violência não pode ser definida pela política, mas exatamente o inverso, já que a violência é logicamente anterior, tampouco a política pode ser definida pelo poder. Para que o poder não resulte reificado e misterioso, é a partir da política que podemos compreendê-lo. O poder é a distribuição das possibilidades concretas do exercício da política. Isto é, a distribuição das



possibilidades concretas, na sociedade, de fazer transitar práticas sociais qualitativamente determinadas. Se, do ponto de vista das categorias filosóficas, o poder é a possibilidade genérica da violência genérica, do ponto de vista da sociedade ele só pode ser entendido como a distribuição social das possibilidades políticas. Pois estas é que implicam no trânsito das práticas que violam a própria sociedade".(p.13-4)

Constatamos que através da história, a humanidade constituiu instituições - das mais primitivas às mais complexas (e artificiais) - concebidas, empiricamente, para possibilitar esse "trânsito social através do qual a individualidade violenta a particularidade, esta violenta a universalidade e o ciclo se refaz, sempre trazendo algo de novo ao ponto de partida".(p.12)

EAdelmo ressalta, assim, a "necessidade de compreender a política como processo, fruto de conflitos que perpassam todos os póros do social, ou seja, como reprodução mas também como criação da sociedade".(p.14) E aponta, precisamente, para o extraordinário nexo do indivíduo com o gênero, que marca a "especificade humana, sendo radicalmente distinto dos fenômenos 'sociais' que ocorrem no reino animal": "A política começa onde termina a relação entre a singularidade e o gênero, na qual este último é determinante e 'utiliza' a variabilidade do singular em função dos seus desígnios geneticamente acumulados. A política inicia com a 'libertação' do individual da pura determinação do gênero, tornando-se então partícipe efetivo da auto-produção universal da espécie humana".(p.14-5)]

Razões religiosas, ideológicas e até científicas foram mobilizadas para orientar e justificar o controle e a "distribuição social das pos-

sibilidades <u>políticas</u>. Sendo a política, tal como aqui é definida, tão necessária quanto inevitável, é compreensível que, empiricamente, o homnem tenha buscado especializar instituições para o exercício de "práticas sociais qualitativamente determinadas".

Religiões, cultos, rituais, acompanhados de conselhos de tribos, alianças, pactos e outras instituições que culminam com o advento do Estado como "uma agência organizadora e controladora da <u>gualidade</u> das práticas sociais e sua reprodução".(p.16) O Estado surge como uma "universalidade que se autonomiza, tornando-se uma síntese ativa" (p.18) que emerge "quando a universalidade deixa de ser um resultado" espontãneo das práticas individuais e particulares, um resultado passivo e deve tornar-se ativa para reproduzir qualitativamente a sociedade."(p.17) Essa autonomização [do Estado] só pode ocorrer quando uma parcela da sociedade pode encarnar essa atividade, isto é, "quando uma parte da sociedade encarna a tarefa de reproduzir a universalidade social".(p.17) Por isso, lembra Adelmo, "não é difícel supor que essa parte tendesse naturalmente a identificar-se com a própria sociedade".(p.17) A universalidade "espontaneamente configurada das sociedades primitivas (sem Estado)" é superada por um processo histórico no qual se erige uma instituição concreta (o Estado) através do qual uma colizão de forças sociais [compondo o Estado de classe] indica a universalidade e, ao mesmo tempo, capitulando diante da naturalidade, a usurpa do todo social.

Desse processo decorre, "como inevitável consegência, uma distribição desigual do poder, ou seja, da possibilidade efetiva de fazer transitar práticas sociais qualitativamente determinadas".(p.17)

5. "ESPAÇO" E "ESFERA" PÚBLICA, NO TRÂNSITO DA POLÍTICA

As instituições voltadas ou especializadas no trânsito da política, para superar a naturalidade e submeter a qualidade das práticas sociais a uma teleología, devem, em alguma medida, atuar como "instrumento ativo e necessário para impedir que as diferenças se transformem e dilaceramento, as particularidades se cristalizem em contradições, as individualidades em particularidades fixas e a liberdade se transforme em opressão". (p.17). Por que todos esses óbices desagregam, restringem e empobrecem a vitalidade do todo social.

Definimos que a abertura de uma dada sociedade para o trânsito da política, realizando o seu papel potencializador do todo social, é uma "abertura para o público". E que, sem certa medida, todas as sociedades tem algum tipo de "espaço público", mediado pelas mais diversas instituições, especializadas ou não no trânsito da política. O "espaço público" passa a existir de acordo com a formalização do âmbito institucional em que se admite e reconhece o trânsito da política.

Vite La Squerina

ETal como aqui é definido, espaço público diz respeito à uma conformação genérica (espaço) sem delimitar ou com delimitação pouco precisa, mais ou menos deliberada e com mais ou menos universalidade (abragência social do público).]

Na medida em que os meios se voltam, de forma especializada, para possibilitar ou favorecer o fluxo da política, dizemos que se constituiu um "espaço público", que refletirá os interesses dos setores que o constituiram. O espaço público permite que, em alguma medida — dependendo do grau de bloqueio, coerção ou restrição que se estabelecer à política — as singularidades se universalizaram. O espaço público, consciente ou inconscientemente, no fundamental, está voltado para a

reprodução do sistema, procurando manter sob controle — embora sim nunca o conseguir integralmente — a expressão das singularides que dele se
valem para intervir politicamente (se universalizar).

(36)

Bizemos que esse "espaço público" se transforma em "esfera pública" quando os meios especializados ou que têm relevância para o trânsito da política [consecução das relações políticas] passa a ter uma autonomia relativa no âmbito do sistema social. Isto é, enquanto envolve uma teleologia, tem um certo grau deliberado de recorrência e condições para recriar as instituições, produzindo elementos novos que não vão além da simples reprodução, gerando realidades novas que, no sistema social, estejam contidas como potência ou que sejam simplesmente arbitradas.

EDiferenciando-se de "espaço" (conformação genérica), o termo "esfera" refere um âmbito delimitado, identificado, que procura "assegurar" o processo da política e a sua efetiva universalização. 1

A "esfera pública" é assim denominada quando as relações que ela admite tendem a uma universalização, para permitir a recriação do sistema — potencializando isto que ocorre "naturalmente" na política. Isto é, quando "permite" ["admite"] que isso ocorra ou quando, deliberadamente, está constituida para "possibilitar" que isso ocorra. As instituições, assim constituidas, deverão estar permanentemente preocupadas com a adequação entre a representação e o seu conteúdo.

Até hoje, a constituição da "esfera pública" é resultante, mais da naturalidade dos conflitos (e das requisições concretas que eles apresentam) do que de um sistema arbitrado pelo homem, uma artificialidade constituida para permitir que seja buscada a "evolução" do sistema social, de acordo com as possibilidades identificadas por um consenso en-

tre diferentes.

6. SISTEMA INTERNACIONAL

Examinar um tipo de fato histórico, como por exemplo o episódio da guerra do Kwait (1991), onde se confrontam diferentes culturas, valores e tradições, exige um denominador comum para analisar a conduta de desiguais. Sem isso, corre-se o risco de incorrer em simplificações reducionistas.

Para tanto, é necessário um "desvio" da imediaticidade, do fenômeno em si, que permita, mediante um distanciamento do quadro, apanhá-lo enquanto totalidade. [Citar Kosik]

A referência mais universal (abrangente) para o tratamento de pro-O blemas como esse é(uma concepção de)Sistema Internacional.

Trata-se de uma concepção que, naturalmente, envolve uma margem de arbítrio humano. É, assim, uma concepção que expressa o entendimento de que a verdade é uma potência construída através da mediação humana e, como tal, deve ser recorrente às possibilidades [(históricas, científicas, ideológicas)] de mediação realizadas pela consciência.

O Sistema Internacional é a esfera pública por excelência, é o puro reino da política. Surge com o advento da mercadoria que "destrói" os "vários mundo existentes", até certo ponto estanques e compartimentalizados entre si. Ao estabelecer um denominador comum, uma objetividade universal para todas as determinações do espírito humano, a mercadoria cria a esfera do universal como possibilidade e determinação concreta.

O Sistema Internacional é a expressão mais elevada e mais abrangente which for a procession de la artificialidade engendrada pela consciência, decorre de um vigoroso movimento da consciência para [contra] a naturalidade [para a objetivação contra a naturalidade].

As demandas criadas pela mercadoria pressionaram a autonomia do Estado e o surgimento de um espaco que transcende a vida das relações familiares e feudais. Numa abrangência mais restrita, esse espaço público gera a Nação. E, no sentido mais amplo, considerando as conexões que a humanidade, mundialmente, começa a estabelecer, surge o Sistema Internacional. As relações que se dão no Sistema Internacional, estão entre as mais avançadas engendradas pelo homem [com a finalidade de fazer transitar a política], as mais distantes de tudo que é "familiar" ou "feudal". é um mundo da artificialidade.

7. SISTEMA INTERNACIONAL E ESFERA PÚBLICA

O Sistema Internacional é particularmente importante pelas determinações que exerce sobre a esfera pública. A esfera pública se constitui através de dois momentos. Um, que podemos chamar de "baixo para cima", expressava o esforço para organização e constituição de relações decorrentes da complexificação da vida social, no curso do enfrentamento da naturalidade, tendo como impulso as demandas humanas. O outro, que podemos definir como "de cima para baixo", traduz a tendência de universalização da vida social (e suas relações econômicas, políticas, culturais, religiosas, etc.) no contexto das relações que se estabelecem no Sistema Internacional.

O segundo momento, "de cima para baixo" é, sem dúvida, o mais vigoroso. É através do conflito "externo" que, "internamente" a uma sociedade, se constitui identidade e unidade (mais ou menos sólidas) constituídas no âmbito da Nação e se fecundam os impulsos de fortalecimento e desenvolvimento das instituições que alicerçam e expressam essa identidade e unidade. E são essas instituições - desenvolvidas sobre a pressão dos conflitos externos que exigem qualificação e organização - que constitui-se a esfera pública tal como aqui a definimos.

Nesse sentido, podemos dizer, de forma esquemática, que a mercadoria funda o sistema internacional e o sistema internacional funda a esfera pública.

Como exemplo: a Guerra do Faraguai estabelece condições para a instituição, no Brasil, do exército permanente, dos ideais republicanos, etc. Sem essa guerra, sem dúvida, a história do Brasil seria diferente. Os "heróis" e "personalidades" que conduzem processos de transformação do espaço público geralmente agem refletindo uma situação de crise ou de conflito externo e encontram eco em seus projetos porque as necessidades dos processos estão maduras. Assim, é possível "convencer" povos e enfrentar óbices que exigem mobilizações sociais.

8. ESFERA PÚBLICA, PLURALIDADE E POTÊNCIA

EExame da correlação entre a pluralidade e potência, a partir do exemplo europeu.]

VI. FASE DAS REVOLUÇÕES

A fase das revoluções, que emerge com a consolidação da mercadoria, leva a profundas reconstituições das instituições e enfrenta a estrutura institucional que imolou Gretchen, a amada de Fausto Eque, enloque-

cida pelo "clima de aldeia" e introjetando os preconceitos e os valores da Inquisição, recusa o único momento de liberdade que teve ao trans-gredir com as instituições, na relação com Fausto, e a ele atribui sua desgraça.]

White was

Com a grande revolução francesa surge a esfera pública, propriamente dita. Com a consciência das tarefas públicas, e de suas atribuiçes e responsabilidades, entram em cena os "cidadãos".

1. ELEMENTOS DE NATURALIDADE NA ESFERA PÚBLICA

"Pois estas poucas/ árvores que me são negadas/comprometem minha propriedade como um todo": Fausto de Goeth em Berman, pp.66/67

Berman, prosseguindo com a analogia de Fausto, levanta importante questão, que os "comentadores do Fausto raramente se dão conta" (op. cit. p.69): o porquê do assassinato do casal de velhos perpretado por Mefisto, por determinação de Fausto. Para consumo próprio, Fausto alega um motivo racional para a ordem de remoção dos velhos, que é a construção de uma torre e, sem especificar como, cobra a ação de Mefisto.

همهار ۱

Feito o serviço, com o assassinato dos velhos, Fausto diz que não aceitou os métodos de Mefisto, sofrendo violenta sensação de culpa, inclusive somatizando uma cegueira. Fausto antecipa e desvenda a tragédia da era moderna. Os "realizadores" incapazes de avaliar o alcance de suas realizações, tendem a oscilar entre o prazer de gerar meios e a culpa com suas consequências.

Jaly Jan

Essa tragédia retrata, também, a sede de homogeneizar e eliminar as diferenças. A presença de uma sombra de diferença, um resquício de di-

ferença, tem a capacidade de representar todo o "mal" e constituir ameaça. As minorias, os diferentes, encarnam a face da agressão, da perversão. A intolerância com a diferença faz com que se arranjem motivos para eliminar e destruir. [Fausto quer eliminar a Igreja e os velhinhos porque eles evocavam o passado e o martírio de Gretchen.]

Mefisto identifica nessa conduta de Fausto "uma manifestação narcísica de poder", "antiga como o mundo". Na interpretação de Lukács, essa é uma manifestação do espírito capitalista do protagonista da tragédia. Porém, Berman observa, com razão, que o empreendimento de Fausto não se assemelhava muito ao de um empresa capitalista, e talvez estivesse mais próximo de um "grande projeto" do socialismo saint-simoniano EGoeth era influenciado por Saint-Simon].

from the state of the state of

Ambos parecem ter razão, inclusive o doutrinário Lukács. Sem entrar no mérito da posição do próprio Fausto, Mefisto tem razão em identificar ali "uma atitude tão velha quanto o mundo", dizendo de outra forma, é o elemento esquizoparanóide inerente ao psiquismo humano e o que gera a necessidade de ser ver, no "outro" (de forma "narcísica"), a sua própria imagem.

A paranóia parecer marcar as relações humanas enquanto naturalidade. Fausto julgava estar cero por ser, no seu próprio juízo, impossível estar errado. O problema está nas premissas lógicas e filosóficas da postura de Fausto. No caso, as suas premissas liberaram o processo paranóide e o progresso [(absoluto)] tomado como valor universal, justificam os meios e autorizam suas consequências.

Outras premissas poderiam contribuir para o controle [disso que é a tendência natural para supressão das diferenças] ao invés da liberação

(otimização) da naturalidade.

As premissas de Fausto apontavam para um processo mágico que iria trazer igualdade e estabilidade. Se as premissas fossem "abertas", se o progresso fosse tomado como um absoluto, talvez tivesse sido controlada a naturalidade de Fausto (e os nossos instintos assassinos).

Sem chegar a extremos, como a eliminação física dos diferentes, a como de la como de la

Lukács simplifica o juízo a respeito do réu e "capitalista" passa a ser algo negativo Evalorado moralmente], resultante de um "determinismo moral". [Como se os capitalistas (exploradores, socialmente, no processo público institucionalizado) tivessem que ser exploradores no sentido particular e privado. A "legalidade moral" que, assim, condena os capitalistas, não é muito distante da lógica criada pela "direita" para enfrentar a "esquerda". Como se a moralidade tivesse relação direta com a posição social que os indivíduos ocupam e, por exemplo, os empresários fossem mais suceptíveis a serem assassinos.]

Mas Lukács também tem sua dose de razão pois, se o réu não é um "capitalista", poderíamos identificar na ação de Fausto o Estado constituindo uma "síntese opaca" da "universalidade da sociedade usurpada",
com efeito, o réu tem sua culpa. [Muito confuso!]

Ora, se o Marxismo admite que o Estado é uma projeção do mito religioso e que a religião é uma projeção do psiquismo, não é incorreto considerar o Estado como uma projeção do psiquismo humano. EEspecificar em que medida, em que sentido. J E os traços decorrentes do psiquismo humano, em alguma medida, também vão se refletir no Estado: devem exis-

6~ mg/2 long/2 l

tir traços decorrentes do psiquismo humano impregnados na legalidade da instituição.

ERoger-Gérard Schwartzenberg, em "O Estado Espetáculo", demonstra com mesmo nos países "civilizados" do "primeiro mundo", os processos políticos estão marcados pela personalização do poder, pela mistificação das instituições políticas, e pelo primitivismo da reação da maioria dos eleitorados.]

O Estado se sente como Fausto, elimina a diferença, sintetizando a aceitação dos indivíduos que tem necessidade de que o Estado aja assim. Fausto também evoca o Estado ao deter o monopólio da força: ele era a razão e, com a mediação do demônio, dispunha da força militar.

2. O ESTADO E A MERCADORIA

Com a mercadoria, aquilo que antes era uma "mágica" [projeção mítica da religião] transforma-se em lógica inexorável, deixando de ser o acampamento militar organizado e passando a ser regulador e qualificador das práticas sociais sobre a égide do capital. É da natureza da mercadoria exigir o reconhecimento à sua realidade como única. Os "interesses nacionais" são em verdade, sob sua ótica, os interesses do capital e admitir outras realidades, outros planos (a política, a religião, a cultura), sobretudo se conflitantes com seus interesses, é inadmissível.

EOu se reduz ao vil metal ou não se consegue relacionar com ele. O capital ressalta tudo o que tem de bom, desde que pão restrinja o lucro.]

Mary 1

EExemplo: a Igreja direitista de 64 é saudada como aliada. Ao pender para a esquerda é execrada, perde toda sua nobreza.]

EO lucro é o resíduo aprisionado das essências humanas, que tende a se converter em nada que não seja lucro, ou capital que se amplia.]

EO lucro (capital?) deve ser tratado como algo que pode se transformar em humano. O lucro também está sujeito às mediações da política e da esfera pública. O problema é sujeitar a lógica do capital à teleologia humana, fazendo movimentar-se por caminhos ou em situações onde não é o "melhor investimento".]

O capitalismo apresenta-se como a síntese portadora da verdadeira e adequada eticidade para o estabelecimento dos valores a da conduta humana, paradigma da nação, da liberdade religiosa, em suma, como a encarnação do interesse público. Em verdade, está sempre disposto a suprimir a tudo e a a todos, se eventualmente conflitarem com suas finalidades. O Estado é, assim, pelo menos na "espontaneidade do processo histórico". Mas antes de serem seres históricos, os homens são criaturas pensantes e, artificialmente, podem estabelecer controles sobre a mercadoria. Vale destacar, a noção de controle implica sempre, qualquer que seja o meio, em uma artificialidade que emana de um gesto da consciência e de superação dos condicionamentos objetivos. O planejamento estratégico pode vir a ser uma de suas possibilidades de controle.

As Utopias desviam desse tipo de questão e seduzem com respostas unívocas sobre o que fazer com o lucro (eliminação) e, com isso, eliminar a Crecorrêncial das instituições que querem produzir, eliminar a fluidez dos entendimentos que querem elaborar.



Vai ser "de tal jeito", respondem determinados. Exercem uma vocação autoritária, o império da vontade única, a certeza de querer ter os meios Esem necessidade de consenso e densidade hegemônica.]

49

Polymon J.

Isso [só] pode ser superado com a ampliação da teleologia do planejamento estratégico, com o respeito do outro, às outras vontades, à política e à existência de outros que não são encarnação da "nossa" vontade.

Berman tem razão. O mundo moderno é homogêneo, com efeito, uma universalidade usurpada, opaca e, narcisa, só pode gostar de espelhos, sem admitir mesmo uma sombra dos diferentes, no presente ou mesmo como reminiscência de um passado cujos vestígios devem ser eliminados.

VII. FASE TERMONUCLEAR

A era termonuclear parece desmentir tanto a concepção hegeliana da dialética da evolução ascendente assegurada pela "astúcia da razão/lei do coração", como a compreensão simplificada do marxismo ortodoxo acerca da história como uma evolução benigna na sucessão de modos de produção.

O gênero, hoje, está colocado diante da possibilidade real do debacle da civilização, hipótese não prevista nem por filósofos (Conte, Kant,...) nem pela teoria política. Disparadas as ogivas termonucleares de ambos os lados, não teríamos apenas uma "recessão" a um estágio primitivo (como se arriscam a prever os positivistas), nem apenas a "destruição de ambas as classes" [(como alude Marx no Manifesto).] O que se segueria é uma hecatombe de dimensões superiores e, portanto, incomparável a qualquer experiência anterior que tenha passado a humanidade.

Mesmo o termo barbárie que se tornou usual por muitos, torna-se, nessas circunstâncias, algo benigno e impreciso.

Armen ak

As avaliações mais modestas (Henri Kissinger, 1979) avaliam a perda em torno de um décimo da população terrestre o que nos dias de hoje resultaria na perda de 500 milhões a 1 bilhão de vidas. Nem todos os pecialistas concordam com essa estimativa, que parece ser obviamente subestimada, pois mesmo Kissinger destacava que isso representaria custo insuportável para todos os sistemas existentes". E, podemos acrescentar, também resultaria numa virtual eliminação da base constitui qualquer sistema: ideologia, instituições, valores, cultura, etc. Este tipo de cálculo, parece muito limitado à ótica daqueles que vêem a realidade sob o prisma tecnomilitar e não lidam com a política e com a essência do fenômeno humano, detendo-se em estimativas que envolvem somente as perdas pelos efeitos diretos e indiretos dos "impactos" (e não da guerra como um todo, que incluiria efeitos indiretos remotos, que são difíceis de ser avaliados nas condições atuais). Na verdade, muito mais do que alvejar qualquer potência ou sistema político, as ogivas atingiriam a civilização. [Esse cenário pode ser caracterizado COM Mais profundidade. I vy by Mane, Elith Copies, win wives, bergidden out Neps Eichte Hermichten, sing tyn & fire walny. Phow mades, Awn. There is prem.

É essa realidade que constitui o atual cenário do sistema internacional e constitui pano de fundo para a particularidade de cada bloco sóciopolítico e de cada realidade nacional. A corrida e o armamento termonuclear constrange um processo que cobre os últimos quarenta anos, decorrendo diversos estágios de "guerra fria", chegando aos nossos dias como "neodistensão leste-oeste".

O fato essencial é que, aprofundando e internacionalizando Eplanetarizando] um processo deflagrado pela Fase das Guerras, o medo torna-se infinitamente maior que o "desejo". O que está estabelecido é a impossibilidade de vencer pela simples remoção ou derrota do adversário remoção que de parte (isolada)(?)], diante do preço da vitória, por mais universais que se apresentem seus propósitos. Na versão "ocidental" a liberdade e, mais tarde, os "valores humano universais"; e na versão do socialismo real, a redenção da humanidade pelo fim da exploração do homem pelo homem.

de

Nesse contexto, todas as máximas que se pretendem universais, diante desse preço da vitória, demonstrariam que não são detentoras dessa universalidade e não têm a grandeza necessária para se legitimar.

1/2 out on to

Admitir o "fim da razão", como alguns propõem, seria admitir o fim de tudo aquilo que a humanidade fez até hoje. O que parece necessário constituir é a importência das "razões" em aprender globalmente o mundo e o fenômeno humano. Não é possível uma razão que não proponha soluções para o impasse. E essas soluções terão, necessariamente, que ser díspares, admitir a convivência com a disparidade, uma razão acentada na diversidade. Esó algo assim pode superar os raciocínios globais que se mostram utópicos e acabam constituindo uma tese para cada particular.]

Reconhecer essa realidade da Fase Termonuclear não implica em postular que as confrontações militares com armamento convencional vão acabar. De fato, nem mesmo por um ano deixamos de ter guerras periféricas, desde o final da II Guerra Mundial. Não se espera o fim das "guerras periféricas" nesta Fase. Mas se reconhece, no plano da intersubietividade humana [no plano das relações entre as vontades, entre os sujeitos, entre os atores políticos] limitações que são estabelecidas pela vontade do outro, desde que, obviamente, a vontade do outro esteja amparada em um arsenal termonuclear. Ainda assim é um avanço.

EA razão rosseauniana ou hobbesiana basta a si mesmo, não reconhece and política. I mesmo, não reconhece así as definitives de categorias reconhece así as definitives de categorias reconhece así as definitives.

EEm seu discurso de posse, John Kennedy retratou bem essa situação, reconhecendo que não se podia mais pensar o mundo apenas do ponto de vista americano. É inédito, na história humana, um colosso em fase ascendente de poderio, reconhecer que não está só no mundo.]

Fela primeira vez, na esfera pública, a onipotência humana é obrigada a ceder. Os narcisos são forçados a conviver com sombras. O resultado ainda é incerto, é uma tímida, porém importante, valorização da política e dos meios políticos (instituições, diplomacia, legislação internacional, EONA, ONG, J etc.) para administrar os conflitos, ainda que isso ocorra, principalmento e por enquanto, entre os grandes.

Mesmo com os grandes, de certa forma e em alguma medida, limitados — المنابعة Granada, o Panamá e o Afeganistão sabem muito bem a relatividade dessas limitações — este processo vai incidir na constituição da própria esfera pública. E isso precisa ser objeto de investigações profundas da Ciência Folítica.

A intersubietividade impulsiona a história humana sem um fim determinado. Mas as decorrências do atual impasse parecem apontar para modificações profundas na esfera pública e conduzem para uma atitude dos homens [das nações] diante do "público" que vá além da naturalidade,

ئەز مىمارى ىلىنىس marcada pela conduta esquizoparanóide, pela onipotência, pela vontade cega de suprimir a diversidade para exorcisar o "mal".

EBobbio e Cerroni aplicam o raciocínio da "equação termonuclear" às guerras convencionais e à guerra civil, questionando as situações em que, em certa medida, o "preço da vitória" é a "derrota". Isto é, a destruição dos meios disputados no início do processo. Esse raciocínio aponta para o sentido da limitração das guerras, inclusive das guerras revolucionárias.

[Os conflitos e guerras que envolvem o mundo muçulmano reestabelecem, de forma dramática o sentido profundo da diversidade humana. O que
é bom senso quando se tem, diante sí, alguém (ou um povo) que pode preferir as razões de viver, à própria vida.]

EUma resposta, de cunho naturalista ao atual quadro de crise, é a homogeneização da diversidade através da instituição de um Estado mundial, que usurparia toda pluralidade por um entendimento único. E, por mais "democrático" que fosse, faria o mundo à imagem e semelhança de quem tivesse mais potência. A idéia do desarmamento e de um Estado mundial é, essencialmente, autoritária e teria tudo para constituir, de fato, o "admirável mundo novo".]

EAtravés do processo de autoconsciência não lógica, proporcionado pela arte, o cinema tem produzido diversas obras questionando as atuais tendências (Robocop, Alien, Bladerunner, Vingador do Futuro) como o Estado nacional em declínio e o fortalecimento de organismos internacionais públicos e privados, assumindo funções de defesa e segurança, inclusive o direito do exercício da força.]

Grandes mudanças estão em curso, ainda sem que se possa vislumbrar os resultados. O processo vivido pelo leste europeu, a democratização da sociedade soviética e, em menor escala, as transições políticas na América Latina, sinalizam a constituição de uma nova ordem mundial. O mais importante processo, entretanto, é o que se coloca diante do maior poder nacional do mundo, os EUA: como responderá às solicitações do Complexo Industrial Militar (MIC) e dos exportadores de capital que necessitam uma forma de perpetuar as guerras. Nestes tempos, simultaneamente, de distensão e de acirramento da competição econômica, acompanhada de crise dos principais importadores de capital, os "apelos da naturalidade" parecem ter campo fértil para prosperar nos EUA.

O que reune esses elementos tão desconexos e que tem incidência crucial nos destinos da humanidade é, justamente, aquilo que deve ser uma preocupações privilegiadas da filosofia e da ciência política: a esfera pública.